

1. Assinale a alternativa **INCORRETA** no tocante aos direitos individuais e coletivos, elencados no art. 5º da Constituição Federal:
 - a) Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
 - b) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
 - c) É exigência para a impetração de mandado de segurança coletivo que o partido político seja detentor de registro definitivo.
 - d) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
 - e) Em caso de guerra declarada, poderá haver pena de morte.

2. Quanto aos Estados Federados é **INCORRETO** afirmar:
 - a) Juntamente com o Distrito Federal são os integrantes da República Federativa do Brasil.
 - b) Organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Constituição Federal.
 - c) São-lhes reservadas as competências não vedadas pela Constituição Federal.
 - d) O número de Deputados à Assembléia Legislativa guardará proporcionalidade com a sua representação na Câmara dos Deputados.
 - e) As terras devolutas, não compreendidas entre as da União, são bens seus.

3. Quanto aos Municípios é **correto** afirmar:
 - a) As funções legislativas e fiscalizadoras das Câmaras Municipais são por elas próprias definidas em regimento interno.
 - b) A fiscalização externa é exercida exclusivamente pelo Poder Legislativo Municipal.
 - c) O número de Vereadores é proporcional ao eleitorado, observados limites postos pela Constituição Federal.
 - d) Regem-se por Constituição, votada em 2 (dois) turnos, com quorum qualificado.
 - e) Os Vereadores detêm inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição municipal.

4. Assinale a alternativa **INCORRETA** em relação ao Poder Executivo:
 - a) Urgência e relevância são os pressupostos para o Presidente da República editar medida provisória.
 - b) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
 - c) O Chefe do Poder Executivo detém a prerrogativa de vetar, total ou parcialmente, por inconstitucionalidade ou contrariedade ao interesse público, projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo.
 - d) Rejeitado o veto oposto pelo Chefe do Executivo, o projeto de lei é novamente submetido a ele para promulgação.
 - e) Os mandatos dos Chefes dos Poderes Executivos Federal e Estaduais são coincidentes e tem duração de 4 (quatro) anos, sendo admitida a reeleição.

5. O servidor público, à luz da Constituição Federal:
 - a) Aposentar-se-á por invalidez permanente, compulsoriamente ou voluntariamente.
 - b) Fará jus à contagem de tempo ficto para fim de aposentadoria.
 - c) Será posto em disponibilidade, com remuneração integral, na hipótese de extinção do cargo que exercia.
 - d) Poderá, excepcionalmente, desde que haja compatibilidade de horários, acumular 2 (dois) cargos de professor, 2 (dois) cargos de médico ou 2 (dois) cargos de advogado.
 - e) Nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público será estável após 2 (dois) anos de exercício.

6. São princípios fundamentais da Administração Pública direta e indireta, nos precisos termos do art. 37, *caput*, da Constituição Federal:
- a) Legalidade, legitimidade, moralidade, razoabilidade e eficácia.
 - b) Legitimidade, impessoalidade, proporcionalidade, publicidade e eficiência.
 - c) Legalidade, impessoalidade, moralidade, finalidade e efetividade.
 - d) Legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.
 - e) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
7. O processo legislativo, consoante a Constituição Federal, compreende a elaboração das seguintes proposições:
- a) Leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias e decretos legislativos.
 - b) Emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias e decretos legislativos.
 - c) Emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias e decretos legislativos.
 - d) Emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, decretos e resoluções.
 - e) Emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.
8. Sobre o Poder Judiciário é **correto** afirmar que:
- a) As garantias asseguradas aos membros da magistratura são duas: vitaliciedade e inamovibilidade.
 - b) A Constituição do Estado estabelecerá a competência do seu Tribunal de Justiça, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Poder Executivo.
 - c) Um décimo dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal será composto de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.
 - d) Todos os julgamentos serão públicos, e fundamentadas todas as suas decisões, sob pena de nulidade, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a limitação à presença das partes.
 - e) Pode ser constituído órgão especial, para o exercício de atribuições administrativas e jurisdicionais, em tribunais com número superior a vinte julgadores.
9. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) No processo de criação das resoluções a promulgação é efetivada pela Mesa da Casa Legislativa que a expedir ou, quando se tratar de resolução do Congresso Nacional, pela Mesa do Senado Federal.
 - b) No processo de criação das resoluções não há sanção, por tratar-se de matéria privativa, ora do Senado, ora do Congresso Nacional.
 - c) No processo de criação do decreto legislativo a aprovação se dá por maioria simples.
 - d) No processo de criação das resoluções a iniciativa cabe aos membros do Congresso Nacional, na forma estabelecida regimentalmente.
 - e) No processo de criação do decreto legislativo a promulgação é feita pelo Presidente da República, que o manda publicar.

10. Segundo a Constituição Republicana de 1988, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:
- I. A arguição de descumprimento de preceito fundamental será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.
 - II. Só podem propor a ação direta de inconstitucionalidade o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, o Procurador-Geral da República e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
 - III. O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
 - IV. Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou o texto impugnado.
- a) Todas as proposições estão incorretas.
 - b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
 - c) Somente a proposição I está correta.
 - d) Somente a proposição III está incorreta.
 - e) Todas as proposições estão corretas.
11. Sobre a capacidade civil das pessoas naturais, considerando as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:
- I. A antecipação da capacidade civil plena é possível por meio da emancipação.
 - II. Os excepcionais, com desenvolvimento mental incompleto, são absolutamente incapazes.
 - III. A personalidade civil começa com o nascimento com vida, razão pela qual os direitos do nascituro não gozam de proteção jurídica.
 - IV. Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, quando for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- a) Todas as proposições estão corretas.
 - b) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
 - c) Todas as proposições estão incorretas.
 - d) Somente as proposições II e III estão incorretas.
 - e) Somente a proposição IV está correta.
12. Assinale a alternativa **INCORRETA**.
- a) O cônjuge casado sob o regime de separação final nos aquestos poderá prestar fiança ou aval independentemente da outorga uxória ou marital.
 - b) É possível a alteração do regime de bens no curso do casamento, desde que autorizado judicialmente, devendo tal pedido ser feito de maneira motivada por ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas, e ressalvados os direitos de terceiros.
 - c) São incomunicáveis os bens cuja aquisição tiver por título uma causa anterior ao casamento celebrado sob o regime de comunhão parcial de bens.
 - d) No regime de participação final nos aquestos, cada cônjuge possui patrimônio próprio, cabendo, todavia, à época da dissolução da sociedade conjugal, direito à metade dos bens adquiridos pelo casal, a título oneroso, na constância do casamento.
 - e) O pacto antenupcial só terá validade quando celebrado por escritura pública e sua eficácia está condicionada ao posterior enlace matrimonial.

13. Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:
- I. Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, desde que não excluam os dos outros compossuidores.
 - II. O possuidor, mesmo que de boa-fé, não tem direito aos frutos percebidos enquanto durar a posse.
 - III. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por 10 (dez) anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural, não superior a 50 (cinquenta) hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho, adquirir-lhe-á a propriedade, ainda que nela não tenha sua moradia.
 - IV. O proprietário tem o dever de usar, gozar e dispor da coisa, possuindo, também, o direito de reavê-la do poder de quem injustamente a possua ou detenha.
- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
 - b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
 - c) Todas as proposições estão corretas.
 - d) Somente a proposição I está correta.
 - e) Todas as proposições estão incorretas.
14. Sobre os negócios jurídicos, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- a) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar do pagamento.
 - b) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
 - c) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
 - d) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.
 - e) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
15. Assinale a alternativa **correta** acerca dos prazos prescricionais no Código Civil:
- a) Será de 4 (quatro) anos, contados a partir da publicação dos atos constitutivos da sociedade anônima, o prazo prescricional relativo à pretensão contra os fundadores, por violação da lei ou do estatuto.
 - b) As pretensões para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de 1 (um) ano, com capitalização ou sem ela, de ressarcimento de enriquecimento sem causa e a de reparação civil prescrevem em 3 (três) anos.
 - c) Em 2 (dois) anos prescreve a pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato.
 - d) A prescrição ocorre em 20 (vinte) anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
 - e) Prescreve em 1 (um) ano, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
16. Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**, considerando as regras do Código Civil.
- I. Somente pessoas naturais podem ser titulares de direitos de personalidade.
 - II. A desconsideração da personalidade jurídica deve ser decretada *ex officio* pelo juiz quando presentes elementos que autorizem a conclusão do intuito de fraude.
 - III. Os direitos de personalidade podem ser protegidos por tutela reparatória, vedado o uso da tutela inibitória.
 - IV. A proteção aos direitos de personalidade tem início já na vida intra-uterina e não cessa com a morte.
- a) Somente a proposição II está correta.
 - b) Somente as proposições III e IV estão corretas.
 - c) Somente a proposição IV está correta.
 - d) Somente as proposições I e II estão corretas.
 - e) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

17. Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.
- I. A fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges implica a ineficácia total da garantia.
 - II. Nos contratos de locação, é nula a cláusula de renúncia à indenização das benfeitorias e ao direito de retenção.
 - III. É ineficaz, perante os adquirentes do imóvel, a hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, anterior ou posterior à celebração da promessa de compra e venda.
 - IV. Nos contratos de alienação fiduciária, a purga da mora só é permitida quando já pagos pelo menos 50% (cinquenta por cento) do valor financiado.
- a) Somente as proposições II e III estão corretas
 - b) Todas as proposições estão corretas
 - c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições I e IV estão corretas
 - e) Somente as proposições I e III estão corretas
18. Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.
- I. É possível proteger por medidas cautelares mero direito eventual, ainda não adquirido.
 - II. A simulação importa em nulidade do negócio jurídico e por isso torna o ato completamente sem efeito entre as partes e também perante terceiros, em face dos contraentes.
 - III. O pagamento de dívida ainda não vencida, feito por devedor insolvente a um dos credores quirografários, obriga que este reponha, em proveito do acervo sobre que se tenha de efetuar o concurso de credores, o objeto da prestação.
 - IV. A lesão se caracteriza pela superveniência, em um negócio jurídico, de fato que torna manifestamente desproporcionais as respectivas prestações.
- a) Somente as proposições I e III estão corretas
 - b) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
 - d) Somente a proposição III está correta
 - e) Todas as proposições estão corretas
19. Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.
- I. Inadimplida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, juros, atualização monetária e honorários de advogado.
 - II. A mora sempre independe de interpelação, notificação ou protesto.
 - III. A cláusula penal compensatória não dispensa o credor de demonstrar as perdas e danos que sofreu com o inadimplemento contratual.
 - IV. As arras penitenciais equivalem à cláusula penal na hipótese de inadimplemento culposo, perdendo-as, se culpado quem as deu, ou devendo restituí-las em dobro, se culpado quem as recebeu.
- a) Somente a proposição I está correta
 - b) Somente as proposições II e IV estão corretas
 - c) Somente as proposições I e IV estão corretas
 - d) Somente a proposição III está correta
 - e) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
20. Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.
- I. O pré-contrato só tem efeitos jurídicos se judicialmente homologado.
 - II. A parte inadimplente detém legitimidade para pedir a resolução contratual e devolução de parcelas pagas, na compra e venda de imóvel.
 - III. A resilição é sempre bilateral e independe de forma específica.
 - IV. A onerosidade excessiva surgida em um contrato impõe a anulação do negócio.
- a) Somente as proposições II e IV estão corretas
 - b) Somente as proposições III e IV estão corretas
 - c) Somente a proposição II está correta
 - d) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
 - e) Somente as proposições I e III estão corretas

21. Nos termos da mais recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a multa de 10% (dez por cento) referente ao cumprimento da obrigação definida na decisão (art. 475-J do Código de Processo Civil), incide após decorridos 15 (quinze) dias:
- Da intimação pessoal das partes para cumprimento da obrigação.
 - Da data da decisão.
 - Do momento em que o processo retorna ao juízo *a quo*.
 - Do trânsito em julgado da decisão ou do momento em que ela se tornar exigível.
 - Da intimação pessoal do devedor para cumprimento da obrigação.
22. Conforme a Lei n.º 419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- Os livros cartorários e demais repositórios dos órgãos do Poder Judiciário poderão ser gerados e armazenados em meio totalmente eletrônico.
 - Os sistemas utilizados pelos órgãos do Poder Judiciário deverão buscar e identificar os casos de ocorrência de prevenção, litispendência e coisa julgada.
 - A Fazenda Pública fica excluída do sistema de intimações eletrônicas.
 - Consideram-se realizados os atos processuais por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema do Poder Judiciário.
 - Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça Eletrônico.
23. Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:
- Ao decidir sobre o conflito de competência o Tribunal deverá somente declarar qual é o juiz competente, remetendo-lhe o processo.
 - Está impedido de atuar no processo o juiz que for herdeiro presuntivo ou empregador de uma das partes.
 - O juiz nomeará intérprete, toda vez que se repute necessário traduzir a linguagem mímica dos surdos-mudos, que não puderem transmitir a sua vontade por escrito.
 - A nulidade de cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, pode ser declarada de ofício pelo juiz, que declinará de competência para o juízo de domicílio do réu.
- Somente as proposições I, II e III estão corretas.
 - Somente as proposições III e IV estão corretas
 - Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
 - Todas as alternativas estão corretas
 - Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
24. Assinale a alternativa **INCORRETA**, de acordo com o Código de Processo Civil:
- No processo de execução é absolutamente impenhorável o depósito em caderneta de poupança, até o limite de 60 (sessenta) salários mínimos.
 - A extinção do processo de execução somente produz efeito quando declarada por sentença.
 - O oficial de justiça pode efetuar as avaliações de bens penhorados no processo de execução.
 - Ocorrerá a suspensão do processo de execução em caso de morte do executado.
 - Ao iniciar o processo de execução o credor poderá indicar na sua petição inicial os bens a serem penhorados.

25. Sobre o procedimento sumário, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:
- I. Em um processo de ação de reparação de danos por acidente de trânsito, é vedado ao juiz proferir sentença ilíquida, podendo se for o caso, fixar de plano, a seu prudente arbítrio, o valor devido.
 - II. Pode o réu, na contestação, formular pedido em seu favor, desde que fundado nos mesmos fatos referidos na inicial.
 - III. A citação do réu deve ser feita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da audiência.
 - IV. A apelação interposta nas causas de procedimento sumário deverá ser julgada nos Tribunais dentro de 40 (quarenta) dias, sem a necessidade de nomeação de revisor.
- a) Somente as proposições II e IV estão corretas
 - b) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
 - d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão corretas
26. Sobre o processo de inventário e partilha, assinale a alternativa **correta**.
- a) Havendo testamento deixado pelo autor da herança, não poderá ser realizado o inventário e a partilha por escritura pública.
 - b) É vedado ao herdeiro requerer, durante a avaliação dos bens, a presença do juiz.
 - c) A arguição de sonegação ao inventariante pode ser feita em qualquer momento do processo de inventário e partilha.
 - d) Feito o esboço da partilha, dirão sobre ele as partes no prazo sucessivo de 10 (dez) dias.
 - e) É vedado ao juiz a abertura de inventário *ex officio*, mesmo que os legitimados para requerer a abertura do inventário e da partilha não o tenham feito.
27. Assinale a alternativa **INCORRETA**, nos termos do Código de Processo Civil:
- a) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.
 - b) A desistência do recurso interposto por um dos litisconsortes depende da anuência dos outros litisconsortes.
 - c) Da decisão do Tribunal que releva a pena de deserção e fixa prazo para efetuar o preparo não cabe recurso.
 - d) Quanto ao termo “repercussão geral”, considera-se a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.
 - e) Em sede recursal, o Tribunal, constatando a ocorrência de nulidade sanável, poderá determinar a realização ou renovação do ato processual, intimadas as partes; cumprida a diligência, sempre que possível prosseguirá o julgamento da apelação.
28. Nos termos da Lei n.º 9.099/95 é **INCORRETO** afirmar:
- a) A instrução processual poderá ser dirigida por juiz leigo, sob a supervisão do juiz togado.
 - b) Não é permitida a citação por edital.
 - c) Caberá recurso especial e/ou extraordinário da decisão proferida pela Turma de Recursos em recurso inominado.
 - d) O acordo extrajudicial, de qualquer valor, poderá ser homologado, no juízo competente, independentemente de termo, valendo a sentença como título executivo judicial.
 - e) A contestação poderá ser feita de forma oral na audiência de conciliação.
29. Assinale a alternativa **correta**.
- a) No processo civil, o impedimento do perito deverá ser argüido através de exceção de impedimento, no prazo de 15 (quinze) dias, contado do conhecimento do fato.
 - b) A assistência não impede que a parte principal reconheça a procedência do pedido.
 - c) A oposição não poderá ser oferecida após a contestação.
 - d) O escrivão e o oficial de justiça serão responsabilizados civilmente somente nos casos em que o ato for praticado com dolo.
 - e) Cabe chamamento ao processo no processo de execução.

30. Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.
Sobre o procedimento da ação de usucapião:
- I. O prazo para contestar ação de usucapião é de 15 (quinze) dias para a parte e para a Fazenda Pública quando esta for confrontante.
 - II. A usucapião especial de imóvel urbano poderá ser invocada como matéria de defesa em ação possessória, valendo a sentença que a reconhecer como título para registro no cartório de registro de imóveis.
 - III. O Ministério Público deverá ser intimado para intervir em todos os atos do processo.
 - IV. Na ação judicial de usucapião especial de imóvel urbano, o rito processual a ser observado é o sumário.
- a) Somente as proposições II e III estão corretas
 - b) Todas as proposições estão corretas
 - c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
 - e) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
31. No curso de ação penal privada, se o ofendido aceita receber indenização do dano causado pelo crime, pode-se dizer que tal fato, a teor do Código Penal:
- a) Acarreta a extinção da ação penal privada.
 - b) Não caracteriza renúncia ao direito de queixa.
 - c) Configura perdão expresso.
 - d) Pode ser interpretado como perdão tácito.
 - e) Caracteriza renúncia tácita ao direito de queixa.
32. Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.
- I. Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra o patrimônio de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.
 - II. O crime de genocídio, sendo o agente brasileiro ou domiciliado no Brasil, fica sujeito à lei brasileira, mesmo quando cometido no estrangeiro.
 - III. Cometido crime a bordo de aeronave brasileira, em espaço aéreo correspondente ao alto-mar, compete seu julgamento à Justiça Federal brasileira do Estado-Membro em cujo aeroporto primeiro pousar o avião.
 - IV. A lei excepcional ou temporária, decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não mais se aplica aos fatos praticados durante sua vigência.
 - V. Em crime cometido no estrangeiro, contra o patrimônio de sociedade de economia mista, o agente não pode mais ser punido pela lei brasileira quando já foi condenado no estrangeiro.
- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
 - b) Somente as proposições II, IV e V estão corretas.
 - c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições II, III e V estão corretas.
 - e) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
33. Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.
- I. No âmbito do direito penal o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo.
 - II. Os prazos em direito penal são contados em dias, meses e anos pelo calendário comum.
 - III. Os prazos de prescrição e decadência, quando acarretam a extinção da punibilidade, são contados conforme as regras do Código de Processo Penal.
 - IV. Prazos penais são improrrogáveis, mesmo que se encerrem em domingos ou feriados.
 - V. O prazo penal não admite interrupção ou suspensão.
- a) Existem apenas quatro proposições corretas.
 - b) Existem cinco proposições corretas.
 - c) Existem apenas três proposições corretas.
 - d) Existem apenas duas proposições corretas.
 - e) Existe apenas uma proposição correta.

34. Assinale a alternativa **correta**.
- a) A reabilitação extingue os efeitos da condenação.
 - b) A imposição, ao inimputável, de medida de segurança consistente em internação, deve ser por tempo determinado.
 - c) É efeito automático da condenação a perda de cargo ou função pública quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 4 (quatro) anos.
 - d) A condenação por crime anterior não autoriza a revogação do livramento condicional.
 - e) Revogado o livramento condicional por crime cometido durante a vigência do benefício este não poderá ser novamente concedido.
35. Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativas **correta**.
- I. Réu condenado por crime militar próprio não pode ser considerado reincidente na justiça comum.
 - II. Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime depois de condenado por crime anterior.
 - III. O desconhecimento da lei é uma circunstância atenuante
 - IV. Quem comete crime sob influência de multidão em tumulto pode ter sua pena atenuada.
 - V. No concurso de causas de aumento previstas na Parte Especial do Código Penal, pode o juiz limitar-se a um só aumento, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente, não podendo a pena resultante exceder o máximo legal cominado ao crime.
- a) Somente as proposições II, III e V estão corretas.
 - b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições III, IV e V estão corretas.
 - d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
 - e) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.
36. Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativas **correta**.
- I. No erro sobre a ilicitude do fato o desconhecimento da lei é inescusável.
 - II. Para a configuração do arrependimento posterior é necessário que o crime tenha sido cometido sem violência.
 - III. No arrependimento eficaz a pena será reduzida de um a dois terços.
 - IV. Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual ou iminente, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
 - V. Quem subtrai coisa que erroneamente supõe ser sua encontra-se em erro de tipo: não sabe que subtrai coisa alheia.
- a) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.
 - b) Somente as proposições I, II e V estão corretas.
 - c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
 - e) Somente as proposições II, IV e V estão corretas.
37. Em relação aos crimes de calúnia, difamação e injúria é **INCORRETO** afirmar que:
- a) A injúria e a calúnia admitem a prova da verdade.
 - b) O perdão judicial pode ser aplicado à injúria.
 - c) A difamação só se consuma com sua divulgação a outrem.
 - d) Na difamação só se admite exceção da verdade se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.
 - e) Na calúnia não se admite exceção da verdade se do crime imputado o ofendido foi absolvido por sentença irreversível.

38. Assinale a alternativa **correta**:

- a) Na extorsão mediante seqüestro existe a possibilidade de redução de pena, desde que o crime não tenha sido praticado em concurso de pessoas e o agente indique o local onde está o seqüestrado, facilitando sua liberação.
- b) Na extorsão mediante violência, a gravidade da lesão não interfere na aplicação da pena, como ocorre no crime de roubo com violência.
- c) No crime de extorsão são aplicáveis todas as circunstâncias de aumento de pena do crime de roubo.
- d) No roubo de veículo automotor é aumentada a pena do agente que o transporta para outra cidade do Estado.
- e) Se o agente pratica roubo com emprego de arma e mediante grave ameaça subtrai valores da vítima, a qual, em razão do ato praticado, vem a sofrer ataque cardíaco e morrer, pode-se dizer que não ocorreu latrocínio porque a morte da vítima não decorreu de violência física.

39. Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativas **correta**.

- I. No induzimento ou instigação ao suicídio não existe a possibilidade de tentativa.
 - II. Para a caracterização do crime de aborto é desnecessária a expulsão do feto.
 - III. Na apropriação indébita o dolo (propósito de apropriar-se) deve ser anterior ao recebimento da coisa.
 - IV. Participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho (greve) provocando a interrupção de obra pública ou serviço de interesse coletivo é crime previsto no Código Penal.
 - V. É cabível o perdão judicial na receptação culposa.
- a) Existe apenas uma proposição correta.
 - b) Existem cinco proposições corretas.
 - c) Existem apenas três proposições corretas.
 - d) Existem apenas quatro proposições corretas.
 - e) Existem apenas duas proposições corretas.

40. Assinale a alternativa **correta**.

- a) Aplicada pena substitutiva de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas inferior a um ano, é facultado ao condenado cumpri-la em menor tempo.
- b) Nos crimes culposos, aplicada pena privativa de liberdade superior a quatro anos, não é possível sua substituição por restritiva de direitos.
- c) Na condenação igual ou inferior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por multa ou por uma pena restritiva de direitos.
- d) O condenado reincidente pela prática do mesmo crime poderá ter a pena privativa de liberdade substituída por restritivas de direitos, desde que lhe sejam favoráveis as circunstâncias do art. 59 do Código Penal e a medida seja socialmente recomendável.
- e) O tempo de internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico não pode ser computado na pena privativa de liberdade para efeito de detração.

41. Quanto à Carta Rogatória, é **correto** afirmar-se:

- a) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até seu cumprimento.
- b) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição desde o recebimento da denúncia.
- c) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado por edital, sem suspensão do curso do prazo de prescrição.
- d) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado por edital, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição desde a sua publicação.
- e) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, não se suspendendo o curso do prazo de prescrição.

42. À luz da Lei n.º 9.271, de 17/04/96, que versa sobre a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, assinale, dentre as alternativas, a **correta**:
- a) Traz em seu bojo normas de natureza exclusivamente material.
 - b) Quanto à suspensão do processo, por fato criminoso ocorrido antes da sua vigência, não tem aplicação imediata.
 - c) Quanto à prescrição, por fato criminoso ocorrido antes da sua vigência, não tem aplicação por maléfica ao réu.
 - d) Por fato criminoso ocorrido antes da sua vigência, somente tem aplicação aos réus citados pessoalmente.
 - e) Por fato criminoso ocorrido antes da sua vigência, somente tem aplicação aos réus soltos.
43. Indique a alternativa **INCORRETA**:
- a) No processo comum, o juiz, ao receber a queixa ou denúncia, designará dia e hora para o interrogatório, ordenando a citação do réu e a notificação do Ministério Público e, se for o caso, do querelante ou do assistente.
 - b) Vindo o réu a ser condenado, o dinheiro ou objetos dados como fiança ficarão sujeitos ao pagamento das custas, da indenização do dano (Código de Processo Penal, art. 63) e da multa.
 - c) O processo não prosseguirá até que o réu seja intimado da sentença de pronúncia.
 - d) Nos processos por crime a que não for, ainda que alternativamente, cominada pena de reclusão, o máximo das testemunhas arroladas é de 8 (oito).
 - e) Sempre que o juiz concluir a instrução fora do prazo, consignará nos autos os motivos da demora.
44. Conforme a Lei n.º 11.343, de 23/08/06 (atual Lei de Tóxicos), assinale a alternativa **correta**:
- a) Oferecida a denúncia, com rol de até 8 (oito) testemunhas, é ela prontamente recebida, com a notificação do acusado para o interrogatório respectivo.
 - b) Oferecida a denúncia, como rol de até 3 (três) testemunhas, é designado dia e hora para o interrogatório do acusado, seguindo-se com o seu recebimento ou não.
 - c) Oferecida a denúncia com rol de até 5 (cinco) testemunhas, o juiz ordenará a notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez).
 - d) Oferecida a denúncia, com rol de até 8 (oito) testemunhas, é designado dia e hora para o interrogatório respectivo, com a citação do réu.
 - e) Oferecida a denúncia, com rol de até 3 (três) testemunhas, é ela prontamente recebida com a designação de dia e hora para o interrogatório respectivo, com a citação do acusado.
45. Quanto à audiência de instrução e julgamento no procedimento da Lei de Tóxicos, assinale a alternativa **correta**:
- a) O acusado é interrogado, seguindo-se com a ouvida das testemunhas de acusação, com a designação de nova data para a oitiva das testemunhas de defesa.
 - b) O acusado é interrogado, seguindo-se com a oitiva das testemunhas de acusação e defesa, com a oferta das alegações, via memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias, sucessivamente.
 - c) O acusado é interrogado, seguindo-se com a oitiva das testemunhas de acusação e defesa, com a oferta das alegações, via memoriais, no prazo de 10 (dez) dias, sucessivamente.
 - d) O acusado não é interrogado, mas tão somente ouvidas as testemunhas de acusação e defesa, dando-se, após, a palavra sucessivamente ao representante do Ministério Público e ao defensor do acusado, para suas razões.
 - e) O acusado é interrogado, seguindo-se com a oitiva das testemunhas de acusação e defesa, dando-se, após, a palavra, sucessivamente, ao representante do Ministério Público e ao defensor do acusado, para suas razões.

46. Conforme a Lei Maria da Penha:
- Se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, não é cabível a decretação da prisão preventiva, considerando que os crimes são punidos com pena de detenção.
 - Se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, a fim de garantir a execução das medidas protetivas de urgência, apenas será admitida a decretação da preventiva se o caso versar sobre crime de homicídio.
 - Se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, a fim de garantir a execução das medidas protetivas de urgência, somente será admitida a decretação da prisão preventiva se houver a aproximação do agente em relação àquela.
 - Se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, a fim de garantir a execução das medidas protetivas de urgência, será admitida a decretação da prisão preventiva.
 - Todas as alternativas estão incorretas.
47. Assinale a alternativa **correta**:
- A constituição de defensor dependerá de instrumento de mandato, ainda que indicado por ocasião do interrogatório.
 - A autoridade policial somente poderá conceder fiança quando a pena máxima for igual ou inferior a um ano.
 - Deixando o assistente de comparecer a qualquer ato do processo, regularmente intimado para tanto, o processo prosseguirá mediante nova intimação.
 - Independente de mandado a busca domiciliar quando for realizada pela própria autoridade policial ou judiciária.
 - Quanto à instrução do processo crime, expedida precatória e vencido o prazo para seu cumprimento, relativamente à testemunha de defesa, ainda que não devolvida, o processo poderá ser sentenciado, com sua juntada a todo tempo.
48. Assinale a alternativa **correta**, quanto ao procedimento no Juizado Especial:
- Recebida a denúncia ou a queixa é designado dia e hora para o interrogatório do acusado, oportunizando-se prazo para defesa prévia, com a designação de audiência de instrução e julgamento, ouvindo-se as testemunhas de acusação e defesa, passando-se à prolação de sentença.
 - Aberta a audiência, a denúncia ou queixa é recebida, seguindo-se com o interrogatório do acusado e defesa prévia oral, passando-se à oitiva das testemunhas de acusação e defesa, com alegações, via memoriais, e após sentença.
 - Aberta a audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa; recebida, são ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.
 - Aberta a audiência, será o acusado, já que notificado, prontamente interrogado, após o que o juiz receberá, ou não a denúncia ou queixa, dando-se a palavra para o defensor responder à acusação. Recebida, são ouvidas as testemunhas de acusação e defesa, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação de sentença.
 - Recebida a denúncia ou a queixa e designado dia e hora para audiência, em cuja oportunidade é dada a palavra ao defensor para responder à acusação, segue-se com a oitiva das testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.
49. Considerando a Lei n.º 11.313, de 28.06.2006, que alterou os arts. 60 e 61 da Lei n.º 9.099/95, quando do ato de recebimento da denúncia ofertada perante o juízo comum, é **correto** afirmar-se que na reunião de processos, perante o juízo comum ou tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência:
- Não serão observados os institutos da transação penal e da composição civil.
 - Haverá a cisão do processo, na forma do art. 80 do Código de Processo Penal.
 - Observar-se-á apenas o instituto da suspensão condicional do processo.
 - Os institutos da transação penal e da composição civil serão analisados apenas perante o juizado, com a remessa da documentação pertinente.
 - Observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.

50. Quanto à Lei Maria da Penha, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:
- I. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
 - II. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata a lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.
 - III. Nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, não é vedada a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
 - IV. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata a lei, será admitida a renúncia à representação por mera petição nos autos.
 - V. Não é vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de prestação pecuniária, inclusive podendo haver a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- a) Somente a proposição III está correta.
 - b) Somente a proposição IV está correta.
 - c) Somente as proposições I e II estão corretas.
 - d) Todas as proposições estão incorretas.
 - e) Somente a proposição V está correta.
51. Conforme o Código Penal e a Lei de Execução Penal, ninguém pode cumprir pena restritiva de liberdade por período superior a 30 (trinta) anos. Quando o agente for condenado a penas privativas de liberdade cuja soma seja superior a 30 (trinta) anos, devem elas ser unificadas para atender ao limite máximo de 30 (trinta) anos. Segundo Súmula do Supremo Tribunal Federal, o limite máximo de 30 (trinta) anos decorrente da unificação das penas serve:
- a) Nenhuma das respostas anteriores.
 - b) Para limitar o tempo de efetivo encarceramento e para o cálculo do prazo para obtenção do livramento condicional.
 - c) Para limitar o tempo de efetivo encarceramento e para o cálculo do prazo para obtenção da progressão do regime.
 - d) Exclusivamente para limitar o tempo de efetivo encarceramento.
 - e) Para a contagem do prazo para obtenção do livramento condicional e para o cálculo do prazo para obtenção da progressão do regime.
52. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a orientação majoritária da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:
- a) O condenado que cometer falta grave durante o cumprimento da pena não perde os dias remidos em face do princípio do direito adquirido.
 - b) O condenado que cometer falta grave durante o cumprimento da pena não perde os dias remidos em face do princípio da coisa julgada.
 - c) O condenado que cometer falta grave durante o cumprimento da pena perde os dias remidos.
 - d) O condenado que cometer falta grave durante o cumprimento da pena perde metade dos dias remidos.
 - e) O condenado que cometer falta grave durante o cumprimento da pena perde os dias remidos na proporção do restante da pena a cumprir.

53. Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.
- I. O Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional o parágrafo 1º do artigo 2º da Lei n.º 8.072/90, que impedia a progressão de regime em crimes hediondos.
 - II. Cumprido o requisito temporal exigido pela lei, o juiz é obrigado a conceder a progressão do regime para o apenado.
 - III. A Lei n.º 11.464/07 fixou que o réu não reincidente, condenado por crime hediondo, deve cumprir pelo menos 2/5 (dois quintos) da pena para requerer a progressão do regime.
 - IV. A Lei n.º 11.464/07, que fixou novos prazos para concessão de progressão de regime para autores de crimes hediondos, mesmo que mais gravosa ao condenado, face ao seu caráter meramente processual, pode retroagir para regular a execução da pena de crimes praticados antes de sua vigência.
 - V. A Lei n.º 11.464/07 fixou que o réu reincidente, condenado por crime hediondo, deve cumprir pelo menos 3/5 (três quintos) da pena para requerer a progressão do regime.
- a) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
 - b) Somente as proposições I e III estão corretas.
 - c) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.
 - d) Somente as proposições III, IV e V estão corretas.
 - e) Somente as proposições I, II e V estão corretas.
54. Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.
- I. Súmula do Supremo Tribunal Federal admite a progressão de regime de cumprimento da pena para o réu cuja sentença condenatória ainda não transitou em julgado.
 - II. Nos crimes considerados hediondos, a remição se dá na proporção de 1 (um) dia de pena para cada 5 (cinco) dias trabalhados.
 - III. A fuga é um direito do preso e pela Lei de Execução Penal não pode ser considerada falta grave.
 - IV. Súmula do Superior Tribunal de Justiça define que a frequência a curso de ensino formal é causa de remição de parte do tempo de execução de pena sob regime fechado ou semi-aberto.
 - V. O regime disciplinar diferenciado tem por objetivo acelerar a reinserção social do apenado menos perigoso, mediante a ampliação de seu contato com o mundo externo ao presídio.
- a) Somente as proposições IV e V estão corretas.
 - b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições I e II estão corretas.
 - d) Somente as proposições II e V estão corretas.
 - e) Somente as proposições II e III estão corretas.
55. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) O condenado com mais de 70 (setenta) anos, beneficiário do regime aberto, poderá cumprir a pena em residência particular.
 - b) Sem óbice no princípio da coisa julgada, o juiz pode alterar, motivadamente, a forma de cumprimento da pena de limitação de fim de semana.
 - c) Obter ocupação lícita em tempo razoável é condição obrigatória imposta ao beneficiário do livramento condicional.
 - d) Quando houver condenação por mais de um crime, a determinação do regime de cumprimento será feita pelo resultado da soma ou unificação das penas.
 - e) Segundo a Lei de Execução Penal, o condenado que cumpre pena em regime fechado poderá obter saída temporária de 7 (sete) dias para visitar a família.
56. No crime de deserção, embora decorrido o prazo de prescrição, esta só extingue a punibilidade quando o agente:
- a) Permanecer incorporado às forças armadas.
 - b) Atingir a idade de 45 (quarenta e cinco anos), e, se oficial, a de 60 (sessenta) anos.
 - c) Contar com pelo menos 30 (trinta) anos de idade quando do início do fluxo do prazo prescricional.
 - d) Cumprir a pena acessória que tenha sido aplicada.
 - e) Não for reincidente em crime doloso.

57. São penas principais estabelecidas no Código Penal Militar:
- a) Morte, reclusão, detenção, prisão, impedimento, suspensão do exercício de posto, graduação, cargo ou função e reforma.
 - b) Reclusão, detenção, prestação pecuniária, perda de bens e valores, prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, interdição temporária de direitos, limitação de fim de semana e multa.
 - c) Reclusão, detenção, prisão simples, suspensão do exercício de posto, graduação, cargo ou função e reforma.
 - d) Morte, reclusão, detenção, perda de posto ou patente, indignidade para o oficialato, incompatibilidade com o oficialato, exclusão das forças armadas, perda da função pública, ainda que eletiva, inabilitação para o exercício de função pública, suspensão do pátrio poder, tutela ou curatela e suspensão dos direitos políticos.
 - e) Reclusão, detenção, prisão simples e multa.
58. A ação penal militar é:
- a) Pública incondicionada, pública condicionada à representação, pública condicionada à requisição, privada ou privada subsidiária da pública.
 - b) Pública incondicionada, privada ou privada subsidiária da pública.
 - c) Pública incondicionada, pública condicionada à representação ou pública condicionada à requisição.
 - d) Exclusivamente pública incondicionada.
 - e) Pública incondicionada, pública condicionada à requisição ou privada subsidiária da pública.
59. Impede a suspensão condicional da pena privativa de liberdade aplicada em decorrência da prática de crime militar:
- a) Condenação anterior irrecorrível a pena privativa de liberdade, somente se o crime antecedente e o subsequente forem crimes militares e salvo se cumprida ou extinta mais de 5 (cinco) anos antes da data do crime posterior.
 - b) Qualquer condenação irrecorrível anterior, independentemente da data do cumprimento ou extinção da pena que tenha sido aplicada.
 - c) Condenação anterior pela prática de outro crime, independentemente da natureza da pena que tenha sido aplicada.
 - d) Condenação anterior irrecorrível por outro crime a pena privativa de liberdade, salvo se cumprida ou extinta mais de 5 (cinco) anos antes da data do crime posterior.
 - e) Condenação anterior irrecorrível a pena de liberdade por outro crime, salvo se culposo e desde que não tenha sido cumprida ou extinta mais de 5 (cinco) anos antes da data do crime anterior.
60. As espécies de prisão provisória afetas ao processo penal militar são:
- a) Prisão em flagrante, prisão preventiva, prisão temporária, prisão por pronúncia e prisão por sentença penal condenatória recorrível.
 - b) Prisão em flagrante, prisão preventiva, prisão para averiguações, prisão por deserção e menagem.
 - c) Prisão em flagrante e prisão preventiva.
 - d) Prisão em flagrante, prisão preventiva e prisão para averiguações.
 - e) Prisão em flagrante, prisão preventiva e prisão temporária.

61. Relativamente às relações de consumo e suas características, considerando as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:
- I. As instituições financeiras estão submetidas à disciplina do Código de Proteção e Defesa do Consumidor quando o financiamento for realizado com pessoa física.
 - II. Os depositantes em Caderneta de Poupança podem ser considerados consumidores.
 - III. Os investidores no mercado de valores imobiliários são considerados como consumidores com relação às instituições ou empresas que propiciam este tipo de investimento.
 - IV. A Lei de Defesa do Consumidor não se aplica às operações que constituem o ciclo de produção.
 - V. Os direitos de caráter trabalhista são inseridos nas relações de consumo, considerando que os trabalhadores são prestadores de serviços.
- a) Todas as proposições estão corretas.
 - b) Somente as proposições II e III estão corretas.
 - c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições III e V estão incorretas.
 - e) Somente as proposições I e IV estão corretas.
62. Sobre a responsabilidade dos agentes que participam das relações de consumo, quanto ao vício do produto ou dos serviços, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:
- I. Não sendo o vício sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, pode o consumidor exigir tão somente o abatimento proporcional do preço.
 - II. No caso de fornecimento de produtos *in natura*, identificado o produtor, será responsável, perante o consumidor, o fornecedor imediato.
 - III. A responsabilidade do profissional liberal é subjetiva.
 - IV. A responsabilidade do comerciante é subsidiária.
 - V. A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços não o exime de responsabilidades.
- a) Somente as proposições II e V estão corretas.
 - b) Todas as proposições estão corretas.
 - c) Somente as proposições I, II e V estão corretas.
 - d) Somente as proposições I e II estão incorretas.
 - e) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
63. Relativamente às conseqüências e responsabilidades pela inadimplência impostas aos consumidores, junto aos bancos de dados e cadastros, considerando as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:
- I. O registro de inadimplência nos assentos informatizados deve ser cancelado após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, se, antes disso não ocorreu a prescrição da ação de cobrança.
 - II. Os bancos de dados dos consumidores ostentam caráter público e não podem ser controlados por empresas privadas.
 - III. A especificidade das anotações dos sistemas de proteção ao crédito não as exclui do conceito genérico das existentes em bancos de dados.
 - IV. É obrigatório comunicar por escrito ao consumidor, quando por ele não solicitado, a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo.
 - V. Considera-se prática abusiva a manutenção de um banco de dados pelas instituições financeiras em que são regularmente informados os fornecedores sobre a situação creditícia dos consumidores que constam em seus cadastros.
- a) Somente as proposições I, II e III estão incorretas.
 - b) Somente as proposições III e V estão corretas.
 - c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
 - d) Todas as proposições estão corretas.
 - e) Somente a proposição II está incorreta.

64. Quanto à proteção contratual em matéria de consumo, observando os princípios que regem a matéria e os contratos de adesão, assinale a alternativa **correta**:
- I. Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.
 - II. A inserção de cláusula no formulário desfigura a natureza de adesão do contrato.
 - III. Ocorrendo a contratação de fornecimento de produtos e serviços do estabelecimento comercial, o consumidor não pode desistir do contrato em qualquer hipótese, após assiná-lo ou receber o produto ou serviço.
 - IV. Visando a proteção do consumidor, é obrigatório o destaque de cláusulas que limitem a sua responsabilidade ou direito.
 - V. Considera-se contrato de adesão aquele em que as cláusulas são estabelecidas padronizadamente de modo unilateral pelo fornecedor ou autoridade.
- a) Somente as proposições I, II, III e V estão corretas.
 - b) Todas as proposições estão corretas.
 - c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições II e III estão incorretas.
 - e) Somente as proposições III e V estão incorretas.
65. Relativamente às obrigações contratuais, considerando as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta** quanto às cláusulas que são consideradas como abusivas:
- I. Aquelas que impossibilitem, exonerem, atenuem ou impliquem em renúncia dos novos direitos do consumidor instituídas pelo estatuto consumerista.
 - II. Aquelas que criem determinadas vantagens unilaterais ao fornecedor.
 - III. Aquelas que transferem responsabilidade a terceiros.
 - IV. Aquelas que infringem ou impossibilitam a violação de normas ambientais.
 - V. Aquelas que determinam a utilização compulsória de arbitragem.
- a) Todas as proposições estão corretas.
 - b) Somente as proposições III e V estão incorretas.
 - c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
 - d) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
 - e) Somente as proposições III, IV e V estão incorretas.
66. Relativamente aos títulos de crédito, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:
- I. Pelo princípio da cartularidade, o credor do título de crédito deve provar que se encontra na posse do documento para exercer o direito nele mencionado.
 - II. Atos consubstanciados em documentos apartados, ainda que válidos e eficazes entre os sujeitos envolvidos, não produzirão efeitos perante o portador do título.
 - III. Pelo princípio da autonomia das obrigações cambiais, os vícios que comprometem a validade de uma relação jurídica, documentada em título de crédito, não se estendem às demais relações abrangidas no mesmo documento.
 - IV. Quando o título de crédito é posto em circulação, diz-se que se opera a abstração, isto é, a desvinculação do ato ou negócio jurídico que deu ensejo à sua criação.
 - V. As pessoas acionadas em virtude de uma letra não podem opor ao portador exceções fundadas sobre as relações pessoais delas com o sacador ou com os portadores anteriores, a menos que o portador ao adquirir a letra tenha procedido conscientemente em detrimento do devedor.
- a) Todas as proposições estão corretas.
 - b) Somente as proposições II, III e IV estão incorretas.
 - c) Somente a proposição I está incorreta.
 - d) Todas as proposições estão incorretas.
 - e) Somente as proposições I, III e V estão corretas.

67. No que concerne aos encargos de inadimplência, considerando o entendimento dominante do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina definido por Enunciados do Grupo de Câmaras de Direito Comercial, aplicados aos contratos bancários, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:
- I. É admitida a cobrança cumulada da comissão de permanência, multa contratual e correção monetária.
 - II. Inexistindo no contrato a pactuação de encargos para o período de inadimplência, este período não é passível de remuneração.
 - III. A comissão de permanência deve observar, como parâmetro para sua cobrança, a taxa média de mercado para o período de normalidade contratual.
 - IV. A multa contratual incide no patamar de 2% (dois por cento) e os juros de mora no percentual de 1% (um por cento) ao ano, conforme previsão do Decreto-Lei n.º 22.626/33.
 - V. A comissão de permanência tem duplo objetivo quando aplicada aos contratos bancários, quais sejam, o de atualizar o valor da dívida a partir de seu vencimento e o de remunerar o credor pelo inadimplemento da obrigação.
- a) Somente a proposição V está correta.
 - b) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
 - d) Somente as proposições III e V estão corretas.
 - e) Somente as proposições II e IV estão corretas.
68. Quanto às sociedades comerciais e as relações entre sócios, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:
- I. Se os bens da sociedade em nome coletivo não lhe cobrirem as dívidas, respondem os sócios pelo saldo, na proporção em que participem das perdas sociais, salvo cláusula de responsabilidade solidária.
 - II. A sociedade pode ser dissolvida: judicialmente; a requerimento de qualquer dos sócios; quando anulada a sua constituição; exaurido o fim social; ou verificada a sua inexecutabilidade.
 - III. O sócio, admitido em sociedade já constituída, se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.
 - IV. Os herdeiros do cônjuge de sócio, ou o cônjuge do que se separou judicialmente, não podem exigir desde logo a parte que lhes couber na cota social, mas concorrer à divisão periódica dos lucros, até que se liquide a sociedade.
 - V. Os bens particulares dos sócios podem ser executados por dívidas da sociedade, mesmo antes de executados os bens sociais.
- a) Apenas as proposições I, II, III e V estão corretas.
 - b) Apenas as proposições I, II, III e IV estão corretas.
 - c) Apenas as proposições I, II e III estão corretas.
 - d) Apenas as proposições I e III estão incorretas.
 - e) Apenas as proposições III e V estão incorretas.
69. Relativamente à Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:
- I. A decretação da falência suspende o curso da prescrição e de todas as execuções em face do devedor, exceto aquelas dos credores particulares do sócio solidário.
 - II. Na classificação dos créditos na falência, aqueles advindos da legislação do trabalho serão satisfeitos em primeiro lugar, não havendo como encaixá-los no conceito de quirografários.
 - III. Para decretação da falência do devedor que, executado por qualquer quantia líquida, não paga, não deposita e não nomeia a penhora bens suficientes dentro do prazo legal, exige-se que o pedido de falência esteja instruído com certidão comprobatória desta condição, a ser expedida pelo juízo de falências.
 - IV. Constitui mera liberalidade do administrador judicial na falência, o cumprimento dos contratos bilaterais, que com aquela não se resolvem.
 - V. Os crimes falenciais serão processados e julgados perante o juiz criminal da Comarca onde tenha sido decretada a falência, sendo a ação movida para fim de apuração de ditos crimes, ação penal pública incondicionada e nunca privada subsidiária da pública.
- a) Somente as proposições IV e V estão corretas.
 - b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições I, II e V estão corretas.
 - d) Todas as proposições estão incorretas.
 - e) Somente as proposições I, II, III e IV estão corretas.

70. Quanto às obrigações cambiais, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:
- I. Admite-se o aval no anverso do título, desde que assinado pelo avalista.
 - II. O endosso é modalidade de título de crédito à ordem no qual o endossante deve indicar endossatário, sendo suficiente para a validade do endosso, que deve ser dado no verso do título, a assinatura do endossante.
 - III. O aceite é ato pelo qual o sacador se constitui como devedor principal do título e o sacado como co-obrigado.
 - IV. É vedado o endosso parcial enquanto o aceite parcial é permitido.
 - V. O efeito do saque é constituir o emitente como co-obrigado pelo título.
- a) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
 - b) Somente as proposições II e III estão corretas.
 - c) Todas as proposições estão corretas.
 - d) Somente as proposições I, II, III e V estão corretas.
 - e) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.
71. Observadas as proposições abaixo, referentes ao instituto da desapropriação, assinale a alternativa **correta**:
- I. Cada ente federado, na sua esfera, tem competência para legislar sobre desapropriação.
 - II. A ação desapropriatória e a ação desapropriatória indireta prescrevem em cinco anos.
 - III. São suscetíveis de desapropriação, para fins de reforma agrária, a grande propriedade rural e a propriedade produtiva.
- a) Todas as proposições são corretas
 - b) Todas as proposições são incorretas
 - c) Somente a proposição I é correta
 - d) Somente as proposições I e II são corretas
 - e) Somente a proposição II é correta
72. Observadas as proposições abaixo, referentes aos atos administrativos, assinale a alternativa **correta**:
- I. Podem ser revogados por conveniência e oportunidade.
 - II. Podem ser anulados por ilegalidade.
 - III. Podem ser revogados pelo agente que o praticou ou por seu superior hierárquico.
 - IV. Podem ser anulados pela Administração Pública ou pelo Poder Judiciário.
- a) Todas as proposições são corretas
 - b) Somente a proposição III é incorreta
 - c) Somente as proposições III e IV são corretas
 - d) Somente as proposições I e II são corretas
 - e) Todas as proposições são incorretas
73. Assinale a alternativa **INCORRETA**.
- a) Concessão de obra pública consiste na modalidade de concessão em que o objeto é a realização de obra, a qual será remunerada por meio da exploração do serviço público.
 - b) A definição dada pela legislação específica para concessão de serviço público é: “a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, por prazo indeterminado.”
 - c) A lei n.º 8.987/95 arrola as formas de extinção da concessão: advento do termo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.
 - d) A definição dada pela legislação específica para permissão é: “a delegação a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.”
 - e) Concessão de direito real de uso é entendida como o contrato pelo qual a Administração Pública transfere ao particular o uso, como direito real resolúvel, remunerada ou gratuitamente, de terreno público, para fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo, ou outra utilização de interesse social.

74. Em relação à LICITAÇÃO, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:
- I. A Constituição acolheu a presunção (absoluta) de que prévia licitação produz a melhor contratação – entendida como aquela que assegura a maior vantagem possível à Administração Pública, com observância do princípio da isonomia.
 - II. A contratação direta não significa inaplicação dos princípios básicos que orientam a atuação administrativa.
 - III. A contratação direta não é modalidade de atividade administrativa imune à incidência do princípio da isonomia.
 - IV. É inexigível a licitação quando a disputa for inviável. Havendo viabilidade de disputa é obrigatória a licitação, excetuados os casos de “dispensa” impostos em lei.
- a) Todas as proposições estão incorretas.
 - b) Somente a proposição I é correta.
 - c) Todas as proposições estão corretas.
 - d) Somente as proposições II e III estão corretas.
 - e) Somente a proposição I é incorreta.
75. Sobre os princípios normativos da Administração Pública, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:
- I. O princípio da legalidade vincula a Administração aos mandamentos da lei (Estado de Direito). Em todos os Estados contemporâneos se admite que a Administração está vinculada pela regra de Direito.
 - II. A moralidade administrativa consiste na lisura ou na exação nas práticas administrativas, pois, a presunção de fim legal equivale à presunção de moralidade.
 - III. Os princípios da razoabilidade e proporcionalidade encontram-se implícitos na Constituição Federal e ganham relevância cada dia no estudo da atividade administrativa, embora hoje eles se estendam a outras áreas do Direito.
 - IV. O princípio da eficiência assegura a todos igualdade perante a lei, compreendida esta como equiparação de todos os homens no que concerne ao gozo e à fruição de direitos.
- a) Todas as proposições estão incorretas.
 - b) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
 - c) Todas as proposições estão corretas.
 - d) Somente as proposições I e II estão corretas.
 - e) Somente a proposição II está correta.
76. Assinale a alternativa **correta** segundo a mais recente jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral e a legislação aplicável, consideradas as proposições abaixo:
- I. São legitimados passivos para a ação de impugnação de mandato eletivo os candidatos eleitos e seus respectivos partidos ou coligações.
 - II. A ação de impugnação de mandato eletivo pode ser utilizada quando evidenciada fraude na transferência de eleitores, com reflexo no resultado da eleição.
 - III. O rito da ação de impugnação de mandato eletivo é o ordinário, do Código de Processo Civil.
 - IV. A decisão de procedência da ação de impugnação de mandato eletivo proferida por Tribunal Regional Eleitoral tem efeito imediato, não dependendo do trânsito em julgado e importa na cassação do mandato, mas não na imposição de multa.
- a) Todas as proposições estão corretas
 - b) Somente a proposição III está correta
 - c) Somente as proposições II e IV estão corretas
 - d) Somente a proposição IV está correta
 - e) Somente as proposições I e II estão corretas

77. Considerando as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:
- I. O recurso contra a diplomação independe de prova pré-constituída, admitindo a produção probatória desde que especificada na inicial.
 - II. O recurso contra a expedição de diploma pode ser interposto com fundamento em ausência de desincompatibilização, porque esta implica em inelegibilidade.
 - III. A procedência do recurso contra a diplomação importa na cassação do diploma e na declaração de inelegibilidade.
 - IV. Enquanto o Tribunal Superior não decidir sobre o recurso interposto contra a diplomação, poderá o diplomado exercer o mandato em toda a sua plenitude.
- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
 - b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições II e III estão corretas
 - d) Somente as proposições I e IV estão corretas
 - e) Todas as proposições estão corretas
78. Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:
- I. A prática de qualquer das chamadas condutas vedadas aos agentes públicos em campanha importa na cassação de registro ou de diploma e em multa.
 - II. É proibida a revisão geral de remuneração de servidores públicos além da mera recomposição inflacionária das perdas relativas ao ano eleitoral, nos três meses que antecedem o pleito até a diplomação dos eleitos.
 - III. Estão sujeitos às sanções pelas chamadas condutas vedadas aos agentes públicos em campanha não só os que praticarem os atos proibidos, mas também os candidatos beneficiados, ainda que não tenham participado diretamente das ações e que não sejam agentes públicos.
 - IV. Segundo orientação jurisprudencial é proibida apenas a autorização de publicidade institucional no trimestre anterior ao pleito, e não sua veiculação, não se podendo interpretar ampliativamente o dispositivo legal que restringe direito.
- a) Somente a proposição II está correta
 - b) Todas as proposições estão incorretas
 - c) Somente a proposição III está correta
 - d) Somente a proposição IV está correta
 - e) Somente a proposição I está correta
79. Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:
- I. A propaganda eleitoral paga é permitida a partir do dia 5 de julho do ano da eleição, e não pode exceder, nos jornais, de um quarto de página, nem, na televisão ou no rádio, de trinta segundos em cada inserção.
 - II. Jornais e revistas podem fazer opção editorial pela defesa de determinada candidatura em detrimento de outra.
 - III. Não pode haver direito de resposta antes do início da propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão.
 - IV. As emissoras de televisão ou rádio que realizarem debates de candidatos às eleições majoritárias estão dispensadas de convidar os concorrentes que disputarem o pleito por partidos sem representação na Câmara de Deputados.
- a) Somente as proposições III e IV estão corretas
 - b) Somente as proposições I e III estão corretas
 - c) Somente as proposições II e IV estão corretas
 - d) Somente a proposição I está correta
 - e) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.

80. Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:
- I. A realização de gastos ilícitos de recursos em campanha importa na desaprovação das contas, mas não na cassação de registro ou de diploma.
 - II. É possível substituir candidato já registrado pela Justiça Eleitoral, mesmo aquele cujos dados já tiverem sido inseridos nas urnas eletrônicas, se ele for considerado inelegível posteriormente ao registro.
 - III. Nas eleições proporcionais, os votos dados a candidato declarado inelegível serão válidos para o respectivo partido, se a decisão for proferida após o pleito; ou serão nulos, se a decisão que declare a inelegibilidade for anterior à eleição.
 - IV. Pode haver limite legal de gastos de campanha desde que, no ano da eleição, lei específica o estabeleça até o dia 10 de junho.
- a) Todas as proposições estão corretas
 - b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições I e II estão corretas
 - d) Somente as proposições III e IV estão corretas
 - e) Somente as proposições I e III estão corretas
81. Sobre a Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:
- I. Tanto a moratória, como o parcelamento, para serem atingidos, reclamam do sujeito passivo a obediência aos requisitos da lei que autorizou o benefício.
 - II. O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro e somente poderá ser levantado, ou convertido em renda, após o trânsito em julgado da sentença.
 - III. As reclamações e os recursos administrativos são os modos pelos quais o contribuinte exterioriza seu inconformismo, sem correr o risco de vir a sofrer execução fiscal enquanto não julgados definitivamente.
 - IV. A medida liminar em mandado de segurança afasta (suspende) o ato impugnado até o final julgamento, para evitar danos irreparáveis ou de difícil reparação.
- a) Somente a proposição I está correta.
 - b) Somente proposições II e IV estão corretas.
 - c) Somente proposições III e IV estão corretas.
 - d) Todas as proposições estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão incorretas.
82. Sobre as Execuções Fiscais, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:
- I. Não havendo outros bens passíveis de penhora, a jurisprudência tem admitido a penhora do faturamento de empresa executada, em percentual que não acarrete sua inviabilização e que varia de acordo com as características de cada empresa.
 - II. O rito da Lei n.º 6.830/80 também é aplicável nas execuções fiscais contra a Fazenda Pública, com a ressalva de que no caso não há necessidade de penhora para o oferecimento de embargos, em vista da impenhorabilidade dos bens públicos.
 - III. Todas as intimações ao representante da Fazenda Pública deverão ser feitas pessoalmente, sendo permitido sejam efetuadas mediante vista dos autos, com imediata remessa ao representante judicial, pelo cartório ou secretaria.
 - IV. A ação anulatória de ato declarativo da dívida, mesmo sem depósito, tem o condão de inibir a Fazenda Pública de promover a cobrança de crédito tributário.
- a) As proposições I, II e III estão corretas.
 - b) Todas as proposições estão incorretas.
 - c) Somente as proposições I e IV estão corretas
 - d) Somente a proposição II está correta.
 - e) Somente as proposições III e IV estão incorretas.

83. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) As imunidades fiscais, instituídas por razões de privilégio, ou de considerações de interesse geral, excluem a atuação do poder de tributar.
 - b) A jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça afirma que não é cabível a dedução, da base de cálculo do Imposto Sobre Serviços (ISS), do valor dos materiais empregados na prestação de serviços de concretagem da construção civil.
 - c) As contribuições sociais não se submetem ao regime das normas gerais tributárias.
 - d) O poder de isentar é ínsito ao poder de tributar; quem tem o poder de impor determinado tributo, tem o poder de estabelecer isenções.
 - e) O fornecimento de concreto, por empreitada, para a construção civil, preparado no trajeto até a obra em betoneiras acopladas a caminhões, é prestação de serviços, sujeitando-se à incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS).
84. Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:
A ação cautelar fiscal, instituída pela Lei n.º 8.397/92, poderá ser requerida contra o sujeito passivo tributário, quando o devedor:
- I. Sem domicílio certo, intenta ausentar-se ou alienar bens que possui ou deixa de pagar a obrigação no prazo fixado.
 - II. Contrai ou tenta contrair dívidas que comprometam a liquidez do seu patrimônio.
 - III. Possui débitos, inscritos ou não em Dívida Ativa, que somados ultrapassem 25% (vinte e cinco por cento) do seu patrimônio conhecido.
 - IV. Caindo em insolvência, aliena ou tenta alienar bens.
- a) Somente as proposições I e IV estão incorretas
 - b) Todas as proposições estão incorretas.
 - c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
 - d) Todas as proposições estão corretas.
 - e) Somente as proposições III e IV estão corretas.
85. A respeito da exceção de pré-executividade na execução fiscal, assinale a alternativa **correta**:
- a) A falta de notificação relativamente a tributos com lançamento por homologação em exceção de pré-executividade dever ser reconhecida se alegada.
 - b) É possível a alegação de inconstitucionalidade de lei como fundamento de exceção de pré-executividade.
 - c) A exceção de pré-executividade não admite discussão de matéria de fato ou que demande prova, nem mesmo aquela pré-constituída, apenas tolerando matérias de direito.
 - d) É incabível a alegação, por exceção de pré-executividade, de ilegitimidade de parte para a execução fiscal em que haja redirecionamento ao sócio-gerente, independentemente da necessidade de produção de provas.
 - e) A extinção da execução pelo julgamento da exceção de pré-executividade, que é incidente, não permite a imposição de honorários de pré-executividade.
86. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **INCORRETA**:
- a) O princípio do poluidor-pagador está limitado a proporcionar o ressarcimento dos danos causados pela poluição.
 - b) No que concerne à poluição sonora, o objeto que as ações civis públicas estão protegem o direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado que assegure, principalmente, a saúde, a segurança e o bem estar da coletividade.
 - c) O poluidor deve suportar o custo das medidas que teve de adotar para proteger o meio ambiente.
 - d) A Política Nacional do Meio Ambiente tem, como alguns de seus objetivos, a divulgação de dados e informações ambientais e a formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico.
 - e) Segundo a teoria da *equidade intergeracional*, todas as gerações possuem o mesmo espaço na sua relação com o sistema natural, não havendo motivo para preferir a geração presente em relação às gerações futuras.

87. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **INCORRETA**:
- a) O Sistema Nacional de Informações sobre o meio ambiente é instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente.
 - b) O direito à informação sobre questões ambientais é assegurado tanto em esfera constitucional quanto na infraconstitucional.
 - c) Um dos objetivos fundamentais da educação ambiental é a garantia de democratização das informações ambientais.
 - d) O Sistema Nacional de Unidades de Conservação tem como objetivo favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.
 - e) O Sistema Nacional de Unidades de Conservação exige, para a criação de suas unidades a prévia realização de estudos técnicos, mas dispensa a consulta pública.
88. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **INCORRETA**:
- a) A denominada tutela processual específica, nas obrigações de fazer e não fazer contribui para a efetividade do direito ambiental.
 - b) Existe litispendência entre ações civis públicas ambientais que versem sobre o mesmo objeto e tenham a mesma causa de pedir, ainda que as partes sejam distintas.
 - c) O sistema jurídico brasileiro proíbe a cobrança pela outorga de direitos de uso de recursos hídricos.
 - d) A fim de assegurar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao poder público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
 - e) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
89. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **INCORRETA**:
- a) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei estadual, sem o que não poderão ser instaladas.
 - b) Pesquisas realizadas na circunscrição de estações ecológicas para a proteção da fauna e da flora podem produzir modificações no estado natural da área protegida.
 - c) O zoneamento ambiental objetiva a ordenação do uso, a ocupação e a destinação de áreas de significativo interesse ambiental.
 - d) A legislação criou e sistematizou a disciplina das unidades de conservação no direito ambiental brasileiro, traçando objetivos de organização do processo de sua implementação.
 - e) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
90. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **INCORRETA**:
- a) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
 - b) Para instruir a petição inicial de Ação Civil Pública que se destine à proteção ambiental, o interessado pode requerer às autoridades competentes as informações que julgar necessárias, a serem fornecidas no prazo de 15 (quinze) dias.
 - c) Enquanto o *princípio da precaução* se dá em relação ao *perigo concreto* de dano ambiental, o *princípio da prevenção* se refere ao *perigo abstrato* de dano ambiental.
 - d) A aplicação do *princípio da precaução* pressupõe que, previamente, tenham sido identificados resultados imputáveis a determinado fenômeno, atividade ou processo, havendo nocividade ao menos potencial.
 - e) O sistema jurídico brasileiro possui normas que dispõe sobre o uso das técnicas de engenharia genética e liberação, no meio ambiente, de organismos geneticamente modificados.

91. Analise as proposições abaixo e após assinale a alternativa **correta**.
- I. Considera-se criança para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente a pessoa até 12 (doze) anos de idade incompletos.
 - II. Adolescente, para efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, é a pessoa entre 13 (treze) e 18 (dezoito) anos de idade.
 - III. A redução da maioridade civil pela Lei n.º 10.406/2002 impede a aplicação de medida sócio-educativa a pessoas com idade entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos.
 - IV. A redução da maioridade civil pela Lei n.º 10.406/2002 não implica na extinção da medida sócio-educativa a pessoas com idade entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos, se o infrator atingiu os 18 (dezoito) anos no curso do cumprimento da medida.
- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
 - b) Somente a proposição II está correta.
 - c) Somente as proposições I e III estão corretas.
 - d) Somente as proposições II e IV estão corretas.
 - e) Somente as proposições I e II estão corretas.
92. Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.
- I. Muito embora o direito à vida e à saúde esteja elencado como direito fundamental pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, os estabelecimentos de atendimento à saúde, sejam eles privados ou públicos, não estão obrigados a proporcionar condições de permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.
 - II. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão comunicados obrigatoriamente ao Conselho Tutelar da localidade.
 - III. Segundo estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, a falta de recursos materiais constitui motivo suficiente para decretação judicial da perda ou suspensão do poder familiar.
 - IV. A colocação em família substituta da criança ou do adolescente se fará mediante guarda tutela ou adoção, levando-se em conta como critérios o grau de parentesco e a relação de afinidade ou afetividade a fim de evitar ou minorar as conseqüências decorrentes da medida.
 - V. A colocação em família substituta admite a transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não governamentais, sem a autorização judicial.
- a) Somente as proposições IV e V estão corretas.
 - b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições I e III estão corretas.
 - e) Somente as proposições II e V estão corretas.
93. Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.
- I. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o deferimento da tutela não presume a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar, mas implica no necessário dever de guarda.
 - II. A especialização de hipoteca legal será dispensada se os bens existentes em nome do tutelado estiverem devidamente registrados no Cartório de Imóveis, uma vez que a alienação depende de ordem judicial, com aprovação do Ministério Público.
 - III. Enquanto não der conta de sua administração e saldar o seu alcance, não pode o tutor ou curador adotar o pupilo ou o curatelado.
 - IV. A adoção depende do consentimento dos pais ou representante legal do adotando, e em se tratando de adotando maior de 12 (doze) anos de idade, do seu próprio consentimento.
 - V. No caso de adoção por estrangeiro residente ou domiciliado fora do País, a critério da autoridade judicial, o estágio de convivência poderá ser dispensado se o adotando não tiver mais de um ano de idade ou se, qualquer que seja a sua idade, já estiver na companhia do adotante durante tempo suficiente para se poder avaliar a conveniência da constituição do vínculo.
- a) Somente as proposições II e V estão corretas.
 - b) Somente as proposições I e III estão corretas.
 - c) Todas as proposições estão corretas.
 - d) Somente as proposições I e V estão corretas.
 - e) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

94. Acerca das medidas sócio-educativas que podem ser aplicadas ao adolescente pela prática de ato infracional, assinale a alternativa **correta**.
- a) Advertência; obrigação de reparar o dano; inserção em regime de semiliberdade.
 - b) Prestação de serviços à comunidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; multa.
 - c) Detenção; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.
 - d) Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; abrigo em entidade.
 - e) Internação em estabelecimento educacional; liberdade assistida; colocação em família substituta.
95. Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.
- I. A Justiça da Infância e Juventude é competente para conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo.
 - II. A remissão poderá ser aplicada em qualquer fase do procedimento, mesmo após a sentença.
 - III. Concedida a remissão pelo representante do Ministério Público à criança, mediante termo fundamentado, os autos serão conclusos à autoridade judiciária para homologação.
 - IV. A remissão implica necessariamente no reconhecimento ou comprovação da responsabilidade do ato infracional, mas não prevalece para efeito de antecedentes.
 - V. A medida aplicada em razão da remissão poderá, a todo tempo, ser objeto de pedido de revisão à autoridade judicial, por parte do menor infrator ou de seu representante legal, ou do Ministério Público.
- a) Somente a proposição I está correta.
 - b) Somente as proposições II e III estão corretas.
 - c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições III, IV e V estão corretas.
 - e) Somente as proposições I e V estão corretas.
96. Segundo a Lei n.º 5.624, de 9 de novembro de 1979, é **INCORRETO** afirmar:
- a) Que compete aos assistentes sociais realizar tratamento social da família de adolescente infrator.
 - b) Que compete aos oficiais de justiça convocar pessoas idôneas que testemunhem atos de seu ofício, nos casos exigidos por lei.
 - c) Que compete ao avaliador judicial avaliar os bens móveis, descrevendo-os e fixando-lhes, separadamente, o seu valor.
 - d) Que compete aos distribuidores informar previamente ao interessado a quem deve caber o feito a ser distribuído.
 - e) Que compete aos contadores glosar emolumentos, custas e salários indevidos ou excessivos.
97. Assinale a alternativa **INCORRETA**, conforme o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina:
- a) Caberá ao juiz de direito da comarca a nomeação de juiz de paz *ad-hoc* para substituir o juiz de paz, na falta, ausência ou impedimento dos suplentes.
 - b) É vedado aos juízes exercer atividade político-partidária.
 - c) Tratando-se de suspeição de natureza íntima, o juiz comunicará os motivos ao Conselho da Magistratura, em caráter reservado.
 - d) Não poderão ser juízes no mesmo feito cônjuges e parentes consanguíneos ou afins em linha reta, bem como em linha colateral, até o terceiro grau.
 - e) Os magistrados em disponibilidade não podem exercer qualquer outra função, salvo o magistério superior e os casos previstos na Constituição Federal.

98. Nos termos do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, é **INCORRETO** afirmar que:
- a) Os juízes de paz não terão vencimentos.
 - b) O juiz substituto perceberá vencimento igual ao do juiz substituído quando estiver exercendo o cargo de juiz de direito com jurisdição plena.
 - c) O juiz de direito será declarado em disponibilidade, sem prejuízo dos vencimentos, quando lhe for suprimida a comarca.
 - d) Os vencimentos dos magistrados serão fixados pelo Tribunal de Justiça, observadas as disposições constitucionais e as da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.
 - e) Os magistrados não sofrerão qualquer desconto nos vencimentos quando atacados de doença profissional.
99. De acordo com o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta**.
- a) Não são incompatíveis entre si as funções de tabelião e oficial do registro de títulos e documentos.
 - b) Os serventuários da justiça ficarão afastados de suas funções por efeito de sentença condenatória recorrível, ainda que condenado por crime de que se livre solto.
 - c) Na substituição entre servidores da Justiça perceberão os substitutos o vencimento e todas as vantagens do substituído.
 - d) O serventuário da justiça poderá ser afastado durante o respectivo processo, quando acusado de fato que constitua delito punível com pena privativa de liberdade inferior a um ano, por decisão do juiz de direito, com recurso voluntário para o Tribunal de Justiça.
 - e) Dentre os parentes que não poderão exercer ofício ou emprego de Justiça, no Tribunal, nas comarcas, nas circunscrições judiciárias, nos distritos ou nos subdistritos, quando entre as funções dos respectivos cargos existir relação de dependência hierárquica direta, estão os ascendentes, os descendentes e os enteados.
100. Segundo a Lei n.º 5.624, de 9 de novembro de 1979, é **correto** afirmar que:
- a) A Corregedoria-Geral da Justiça terá a estrutura orgânica determinada pelo seu Regimento Interno e será exercida por um desembargador eleito pelo Conselho da Magistratura.
 - b) Os atos do Corregedor-Geral serão expressos por meio de despachos, ofícios, portarias, cotas marginais e provimentos.
 - c) Das decisões do Presidente do Tribunal e do Corregedor-Geral que impuserem pena disciplinar caberá recurso ao Tribunal Pleno.
 - d) O Regimento Interno da Corregedoria será elaborado pelo Corregedor-Geral e será submetido à aprovação do Tribunal Pleno.
 - e) Enquanto durar a correição, o Corregedor-Geral receberá as reclamações que lhe forem apresentadas, salvo se feitas verbalmente.

PÁGINA
EM
BRANCO